

Nota Técnica

CONJUNTURA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: ANÁLISE DOS DADOS ATÉ O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023

Disoc

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Nº 108

Sandro Pereira Silva
Maria Andreia Parente Lameiras
Sandro Sacchet de Carvalho
Lauro Roberto Albrecht Ramos
Leo Veríssimo Fernandes

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Setembro de 2023

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

ARISTIDES MONTEIRO NETO

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenador-Geral de Imprensa e Comunicação Social

ANTONIO LASSANCE

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2023

EQUIPE TÉCNICA

Sandro Pereira Silva

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail:* sandro.pereira@ipea.gov.br.

Maria Andreia Parente Lameiras

Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. *E-mail:* maria-andreia.lameiras@ipea.gov.br.

Sandro Sacchet de Carvalho

Técnico de planejamento e pesquisa na Dimac/Ipea. *E-mail:* sandro.carvalho@ipea.gov.br.

Lauro Roberto Albrecht Ramos

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* lauro.ramos@ipea.gov.br.

Leo Veríssimo Fernandes

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. *E-mail:* leo.fernandes@ipea.gov.br.

Como citar:

SILVA, Sandro Pereira; LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; CARVALHO, Sandro Sacchet de; RAMOS, Lauro Roberto Albrecht; FERNANDES, Leo Veríssimo. **Conjuntura do mercado de trabalho no Brasil: análise dos dados até o primeiro trimestre de 2023**. Brasília, DF: Ipea, set. 2023. 28 p. (Disoc : Nota Técnica, 108).

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdisoc108-port>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/porta/publicacoes>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	4
2 VARIAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	4
3 ANÁLISE DA DESOCUPAÇÃO	8
4 EMPREGO SETORIAL	12
5 RENDIMENTOS DO TRABALHO E MASSA DE RENDIMENTOS	16
6 RENDIMENTOS POR FAIXA DE RENDA E DESIGUALDADE SALARIAL.....	22
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar e discutir as informações recentes da conjuntura laboral brasileira, referentes ao primeiro trimestre de 2023. Para isso, foram realizadas diversas tabulações de indicadores a partir de duas fontes de dados de abrangência nacional: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e o registro administrativo do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgado mensalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os recortes temporais dos indicadores analisados variam de acordo com as características de suas trajetórias e da capacidade de identificação de fenômenos recentes do mercado de trabalho brasileiro que sejam relevantes para a discussão. Para evitar influências sazonais, foram priorizadas as comparações que levam em conta as taxas interanuais de variação – isto é, *vis-à-vis* o mesmo período do ano anterior – para os indicadores de mercado de trabalho analisados ao longo das seções.

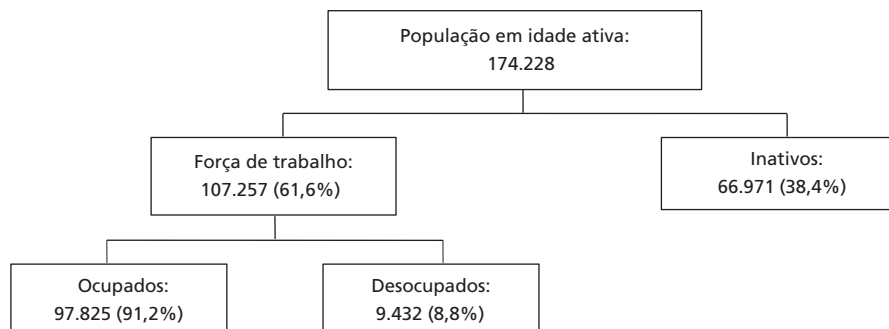
O texto está organizado em sete seções, incluindo esta introdução. Na seção dois estão informações referentes a variações nos indicadores de ocupação e participação da força de trabalho no Brasil. Na seção três são analisados os dados de desocupação no agregado nacional e para diversos recortes populacionais, além de outras informações como subocupação por insuficiência de horas e desocupação por desalento. A seção quatro conduz a discussão para o nível setorial, verificando as condições de ocupação entre os principais setores de atividade na economia brasileira. A seção cinco fornece dados sobre o rendimento médio do trabalho no país, em nível domiciliar, entre setores e características populacionais, além de variações na massa de rendimentos nacional. A seção seis prossegue a discussão sobre rendimentos do trabalho, com foco nas desigualdades distributivas na sociedade. A última seção traz algumas considerações finais acerca das principais questões discutidas.

2 VARIAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

As pesquisas sobre mercado de trabalho no Brasil possuem, *grossa modo*, dois focos principais: *i*) a categoria dos ocupados, sob diversas dimensões de análise: formalização, posição na ocupação, distribuição setorial, rendimentos, exigências de qualificações, acesso a direitos etc.; e *ii*) a categoria dos desocupados, em que são abordados os condicionantes do desemprego, o perfil dos desocupados e os problemas socioeconômicos acarretados pela desocupação. Esses também são os principais elementos a serem discutidos ao longo deste estudo, tendo como referência o primeiro trimestre de 2023, cujos principais agregados estão sintetizados na figura 1.

FIGURA 1

Dimensão das categorias analíticas do mercado de trabalho – Brasil (1º trim. 2023)
(Em 1 mil pessoas)



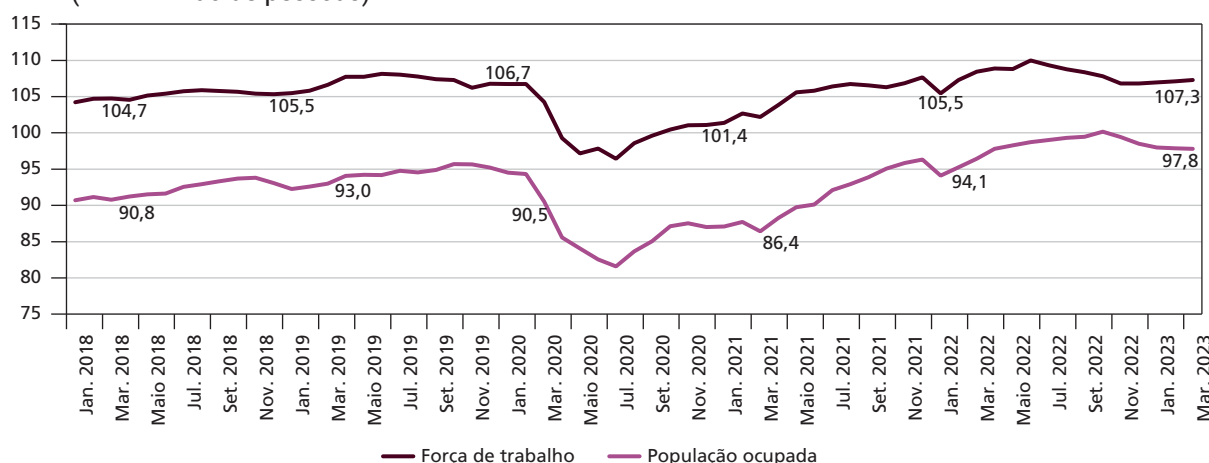
De acordo com as estatísticas mensalizadas da PNAD Contínua, conforme metodologia desenvolvida por Hecksher (2020), o mercado de trabalho brasileiro segue em processo de recuperação. A força de trabalho total no país fechou o primeiro trimestre de 2023 com 107,3 milhões de pessoas. Esse número corresponde a uma queda de 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, e ficou um pouco abaixo do total observado para o mês de março de 2020, quando o país começou a sentir os efeitos nefastos da pandemia de covid-19. Na comparação com junho de 2022 – momento em que atingiu o maior patamar da série (110 milhões) –, a queda apontada pela força de trabalho é de 1,9%.

Com relação à população ocupada, que consiste no agregado de maior relevância para a análise estrutural do mercado de trabalho, o total ficou em torno de 98 milhões de trabalhadores. Na comparação interanual, houve uma elevação correspondente a 1,2%, ou, em termos absolutos, 1,1 milhão de novos ocupados.

O gráfico 1 apresenta a evolução desses dois agregados do mercado de trabalho nacional – força de trabalho e população ocupada –, sendo que, quanto mais próximas estão as curvas, menor é o total de trabalhadores desocupados.

GRÁFICO 1

Força de trabalho e população ocupada no mercado de trabalho brasileiro (jan. 2018-mar. 2023)
(Em 1 milhão de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

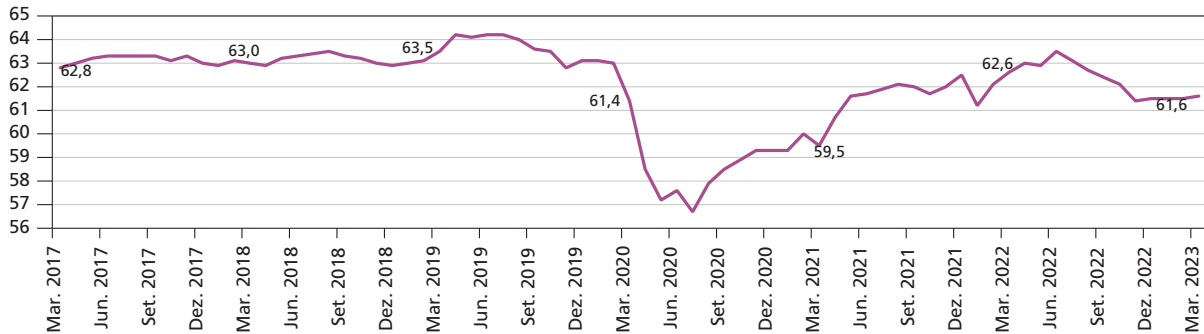
Por sua vez, como a população em idade ativa (PIA)¹ totalizou 174,2 milhões no primeiro trimestre de 2023, a taxa de participação no mercado de trabalho brasileiro ficou em 61,6%, situando-se 1 p.p. abaixo do observado no mesmo período do ano anterior. Os dados recentes revelam que, após trajetória de queda durante o segundo semestre de 2022, esse indicador vem delineando um comportamento estável. Pelo gráfico 2, nota-se também que esse valor permanece abaixo da média observada nos trimestres anteriores à pandemia, quando situava-se na casa de 63%.²

1. Na PNAD Contínua, a PIA compreende o conjunto de todas as pessoas teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica, entre quatorze e sessenta anos.

2. Lameiras *et al.* (2023), na seção *Box especial*, ressalta que a queda na taxa de participação e a consequente elevação da taxa de inatividade, na comparação interanual, não está associada à piora nas condições do mercado de trabalho.

GRÁFICO 2

Taxa de participação da força de trabalho (mar. 2017-mar. 2023)
(Em %)

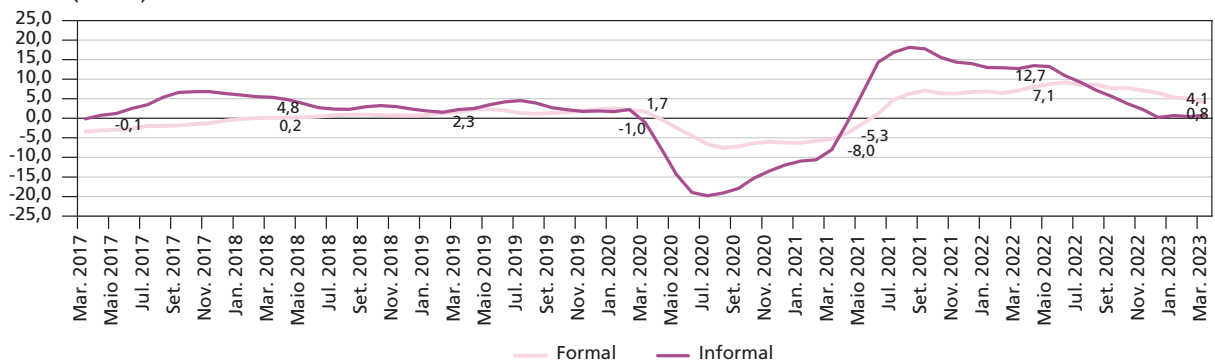


Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Deve-se registrar, ainda, que esse crescimento interanual da ocupação tem ocorrido mais intensamente no segmento formal da economia, com taxa de crescimento de 4,1% no final do primeiro trimestre de 2023. No caso do segmento informal,³ os dados extraídos da PNAD Contínua indicam que, nessa mesma base de comparação, a população ocupada cresceu apenas 0,8%. Essa evolução pode ser observada no gráfico 3. De forma complementar, a tabela 1 desagrega os dados por condição na ocupação, tanto em termos absolutos do número de trabalhadores quanto pelo percentual de cada categoria na composição total. Percebe-se que o total de trabalhadores assalariados registrados com carteira segue como a maior parcela entre os ocupados, respondendo por pouco menos da metade (48,2%). Esse percentual é superior ao do mesmo trimestre de 2022, que foi de 47,4%, mas segue inferior aos dos outros trimestres na comparação interanual. Os dados demonstram ainda que o recuo no crescimento dos postos de trabalho informais é decorrente da queda na parcela dos trabalhadores por conta própria, única categoria que teve diminuição interanual, tanto em termos de participação relativa quanto absoluta, no início de 2023.

GRÁFICO 3

População ocupada por vínculo empregatício – taxa mensalizada de crescimento interanual (mar. 2017-mar. 2023)¹
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Médias móveis trimestrais.

3. Para fins deste estudo, a ocupação informal compreende o trabalho sem registro em carteira nos setores privado e público, o trabalho doméstico sem carteira, o empregador sem CNPJ, o por conta própria sem CNPJ e o trabalhador familiar auxiliar. Por sua vez, a ocupação formal compreende o trabalho com carteira nos setores privado e público, os militares e estatutários, o trabalho doméstico com carteira, o empregador com CNPJ e por conta própria com CNPJ.

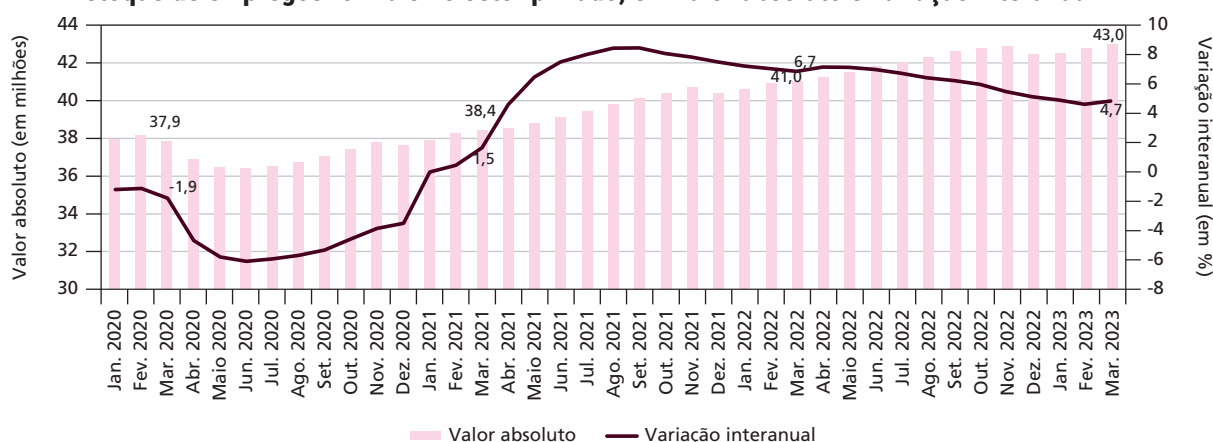
TABELA 1
População ocupada por posição na ocupação

	Assalariados com carteira	Assalariados sem carteira	Conta própria	Empregador	Total
Valores absolutos (em 1 mil trabalhadores)					
1ª trim. 2018	44.495,8	19.491,1	22.605,1	4.286,7	90.878,8
1ª trim. 2019	44.818,7	19.953,2	23.482,5	4.366,8	92.621,2
1ª trim. 2020	45.034,8	19.868,7	23.873,3	4.337,8	93.114,6
1ª trim. 2021	42.261,3	17.564,0	23.559,8	3.696,9	87.082,0
1ª trim. 2022	45.188,0	20.708,2	25.283,4	4.095,7	95.275,3
1ª trim. 2023	47.197,1	21.276,7	25.193,5	4.157,8	97.825,0
Participação no total (em %)					
1ª trim. 2018	49,0	21,4	24,9	4,7	100,0
1ª trim. 2019	48,4	21,5	25,4	4,7	100,0
1ª trim. 2020	48,4	21,3	25,6	4,7	100,0
1ª trim. 2021	48,5	20,2	27,1	4,2	100,0
1ª trim. 2022	47,4	21,7	26,5	4,3	100,0
1ª trim. 2023	48,2	21,7	25,8	4,3	100,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Assim como a pesquisa do IBGE, os dados do Novo Caged também retratam um cenário de crescimento da ocupação formal no país, ainda que em ritmo mais ameno. Segundo o levantamento do MTE, em março de 2023, no acumulado em doze meses, a economia brasileira gerou 1,93 milhão de novas vagas com carteira assinada. Dessa forma, o número de vagas de emprego criadas com registro em carteira no setor privado vem possibilitando a expansão do estoque de trabalhadores formais, que chegou a 43 milhões ao final do primeiro trimestre, o que representa alta de 4,7% na comparação interanual, conforme demonstra o gráfico 4.⁴

GRÁFICO 4
Estoque de empregos formais no setor privado, em valor absoluto e variação interanual



Fonte: Novo Caged/MTE. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>.
Elaboração dos autores.

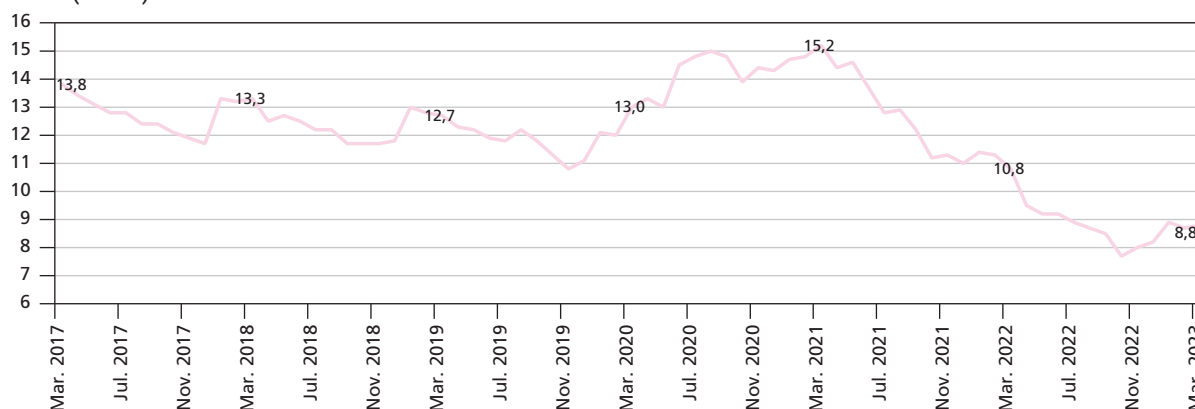
4. Para um exame da evolução das transições no mercado de trabalho entre diferentes posições na ocupação dos indivíduos, ver Lameiras *et al.* (2023).

3 ANÁLISE DA DESOCUPAÇÃO

Como resultado desse duplo movimento indicado anteriormente – elevação da população ocupada e queda na força de trabalho total no primeiro trimestre de 2023 *vis-à-vis* o mesmo período no ano anterior –, a taxa de desocupação ficou em 8,8%, o que indica uma diminuição de 2 p.p. na comparação interanual. Quando nos atemos à média móvel mensal, verificamos que há certa estabilidade nesse indicador desde janeiro, com leve tendência de queda, como demonstram também os dados dessazonalizados apresentados em Lameiras *et al.* (2023). A despeito dessa informação, não se pode perder de vista que o país segue com um contingente considerável de 9,4 milhões de indivíduos em situação de desemprego involuntário, ou seja, um contingente populacional nada desprezível a ser inserido no sistema produtivo nacional, o que demonstra a necessidade de um ritmo mais intenso de incorporação laboral. O gráfico 5 ilustra essa variação na desocupação para o período mais recente.

GRÁFICO 5

Taxa de desocupação da força de trabalho (mar. 2017-mar. 2023)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Em conjunto à relativa melhora na composição da estrutura ocupacional, com queda na comparação interanual da desocupação e elevação na participação dos trabalhadores registrados, o mercado de trabalho brasileiro também tem evidenciado um comportamento mais favorável de outros indicadores. Destacam-se, para fins deste estudo, os indicadores de subocupação da força de trabalho por insuficiência de horas⁵ e de trabalhadores na condição de inatividade por desalento,⁶ que constam, inclusive, nas metas do Brasil para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),⁷ além de serem fatores relevantes no estudo sobre desigualdade de renda.⁸

5. Segundo o IBGE, o conceito de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas se refere à população que está trabalhando menos de quarenta horas semanais, mas tem disponibilidade e gostaria de trabalhar mais.

6. Partindo-se dos critérios estabelecidos pelo IBGE, os motivos associados ao desalento referem-se às seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: *i)* não conseguia trabalho adequado; *ii)* não tinha experiência profissional ou qualificação; *iii)* era considerado muito jovem ou muito idoso; e *iv)* não havia trabalho na localidade.

7. Para uma descrição analítica das metas brasileiras na agenda dos ODS, mais precisamente o ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico –, ver Ipea (2018; 2020) e ODS 8, disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html>.

8. Sobre a relação dessas categorias de análise com a desigualdade de renda no mercado de trabalho no Brasil, ver Barbosa (2019).

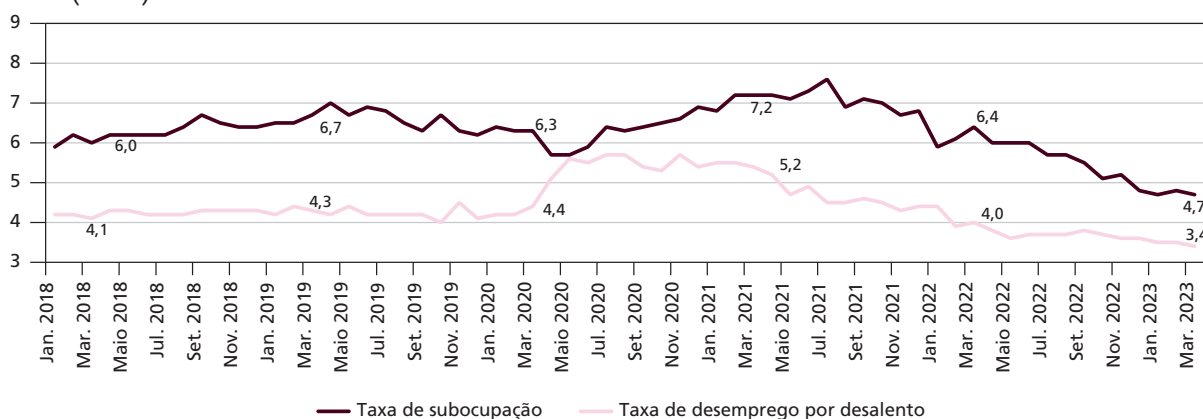
No caso da taxa de subocupação, observa-se que, após alcançar patamar máximo em junho de 2021, iniciou-se uma trajetória de queda nesse indicador, que encerrou o mês de março em um patamar de 4,7%, valor este que é 1,7 p.p. abaixo daquele referente ao mesmo período do ano anterior. Em termos absolutos, a retração da população subocupada nesse período totalizou 2,1 milhões de trabalhadores (de 7,0 milhões em março de 2022 para 4,9 milhões em março de 2023).

Sobre esse ponto da subocupação, vale ressaltar ainda que sua ocorrência não é restrita a ocupações informais. Há outros tipos de contratos de trabalho, devidamente formalizados, que comportam jornadas semanais inferiores a quarenta horas. A reforma trabalhista ocorrida em 2017 (Lei nº 13.467/2017) expandiu o leque de possibilidades a serem adotadas pelos empregadores para a utilização desses contratos, além de criar novos, como no caso do “contrato de trabalho intermitente”, em que o trabalhador não tem nenhuma garantia da quantidade de horas e, conseqüentemente, do valor a receber ao final do mês (Oliveira e Silva, 2023).

De forma análoga ao observado nos dados sobre subocupação, o número de trabalhadores que se encontra fora da força de trabalho por desalento tem mantido trajetória recente favorável, fechando o primeiro trimestre de 2023 em 3,4%, valor 0,6 p.p. menor na comparação interanual. Em março de 2023, o contingente de indivíduos fora da força de trabalho por motivo de desalento ficou em torno de 3,5 milhões, o menor valor para esse índice desde agosto de 2016. O gráfico 6 ilustra a evolução recente para esses dois indicadores.

GRÁFICO 6

Taxa de subocupação por insuficiência de horas e de desemprego por desalento (jan. 2018-mar. 2023)
(Em %)

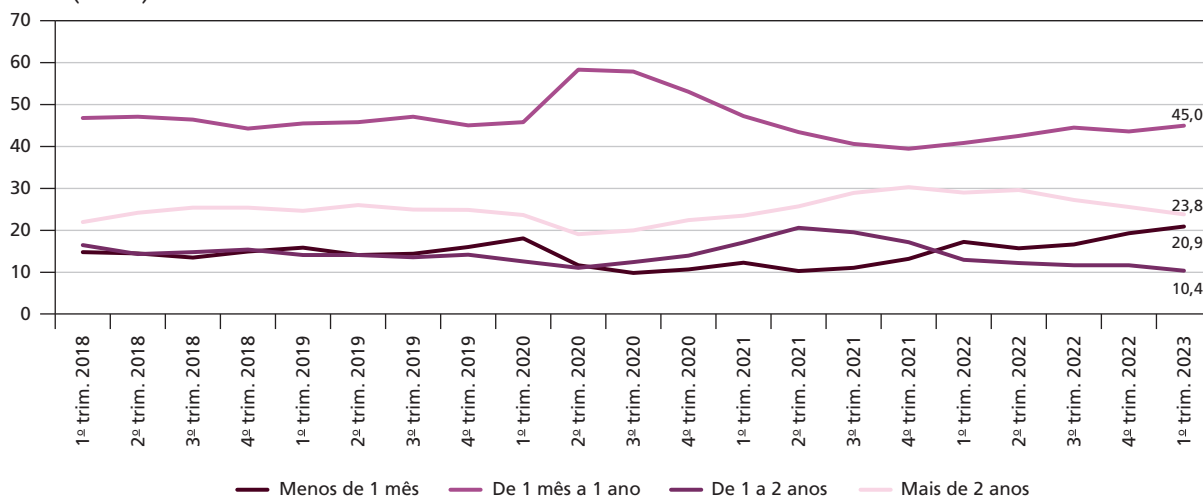


Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Outro aspecto relevante de análise diz respeito ao tempo médio de espera dos indivíduos por um reposicionamento (ou posicionamento, no caso do primeiro emprego) no mercado de trabalho, ou seja, o tempo médio que os trabalhadores desempregados involuntariamente passam nessa condição. Pelo gráfico 7, nota-se que a maior parcela da população desocupada (45,0%) no primeiro trimestre de 2023 mantém uma espera entre um mês e um ano. Para o grupo daqueles que conseguem rápido (re)posicionamento – isto é, em menos de um mês –, a participação relativa cresceu nos últimos trimestres, fechando a série em 20,9%. Os dados permitem verificar também a participação do contingente de desocupados de longo prazo, considerados neste estudo como aqueles que se mantêm nessa condição por mais de um ano. No primeiro trimestre de 2023, esse percentual agregado ficou em 34,2%, que corresponde à soma do grupo dos desocupados entre um e dois anos (10,4%), e dois anos ou mais 23,8%. Vale destacar que, desconsiderando o período da pandemia (2020 e 2021), marcada pela queda maciça nas taxas de participação da força de trabalho, esse percentual de desemprego de longo prazo é o menor desde o terceiro trimestre de 2015.

GRÁFICO 7

Taxa de desocupação por tempo de espera (jan. 2018-mar. 2023)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

A despeito da melhora recente desse indicador, o percentual observado totaliza, em números absolutos, 3,22 milhões de indivíduos na condição de desemprego há mais de um ano no país. Isso indica uma problemática que segue bastante complexa para a redução da desocupação, pois quanto maior o período de desocupação de um indivíduo, maiores as dificuldades de reinserção. Esse período pode resultar em perda relativa de capital humano e desatualização tecnológica em relação às exigências ocupacionais. Logo, a inclusão laboral dessa população em situação de convivência mais prolongada com o desemprego irá exigir esforços estruturados e coordenados em termos de políticas públicas de curto, médio e longo prazo.⁹

Passando-se para uma análise desagregada da desocupação no Brasil, os dados extraídos da PNAD Contínua reforçam as informações anteriores ao mostrarem que, no primeiro trimestre de 2023, houve recuo significativo do desemprego em relação ao mesmo período do ano anterior, para todos os segmentos elencados. Porém, quando comparados com o trimestre anterior (quarto trimestre de 2022), os indicadores em geral apontam elevação da desocupação. Isso se explica, nesse caso, pelos fatores sazonais do mercado de trabalho, uma vez que muitos contratos temporários ou outras oportunidades de trabalho no fim de ano têm seus desligamentos registrados pelas pesquisas domiciliares somente no trimestre posterior – por isso a relevância da comparação interanual, ante o mesmo período do ano anterior.

Na abertura regional, os dados mostram que, em termos absolutos, embora o Nordeste tenha apresentado a maior queda no período (2,7 p.p.), esta região ainda registra a maior taxa de desocupação (12,7%). A maior retração, em termos relativos, foi observada na região Sul, cuja taxa da desocupação passou de 6,5% para 5,0%, mantendo-se como a menor taxa entre as regiões brasileiras. Tais diferenças entre as regiões chamam atenção para o fato da enorme disparidade territorial que o país possui, que não pode ser negligenciado em qualquer que seja a estratégia de desenvolvimento a ser adotada.

O recorte por gênero revela que, na comparação interanual, a magnitude da queda do desemprego foi semelhante em ambos os sexos, de modo que, enquanto a desocupação entre os homens recuou de 9,1% para 7,2%, a das mulheres caiu de 13,7% para 10,8%. Apesar dessa retração observada, nota-se a prevalência da desigualdade de gênero na estrutura laboral brasileira, em que a taxa de desocupação dos homens refere-se a dois terços da taxa observada entre as mulheres.

9. Sobre o tema das políticas de inclusão produtiva e laboral, ver Silva (2020a).

Em termos raciais, a queda foi de 8,9% para 6,8% entre os indivíduos brancos, e de 12,9% para 10,4% para os não brancos (pretos, pardos e indígenas). Logo, nota-se que, a despeito da queda desse indicador para ambos os grupos, o nível de desocupação dos indivíduos não brancos permanece significativamente superior, o que evidencia também um componente racial persistente na desigualdade de acesso ao mercado de trabalho.

A abertura por idade mostra que, no primeiro trimestre de 2023, todos os segmentos etários registraram recuo na taxa de desocupação, na comparação interanual. Em termos absolutos, embora também tenha havido expressiva desaceleração, a taxa de desocupação de 18,0% entre os trabalhadores mais jovens (18 a 24 anos) se mantém bem acima das demais faixas etárias.¹⁰ Na outra ponta, a desocupação dos trabalhadores mais idosos segue bem abaixo das demais, com taxa de 3,9%. Vale destacar que, nos grupos etários mais baixos, a queda da desocupação ocorre muito mais por conta da desaceleração no crescimento da força de trabalho do que pela expansão da população ocupada.¹¹

Por fim, a desagregação por nível educacional revela que a desocupação dos trabalhadores com ensino médio completo segue como a mais alta (15,2%) entre todos os segmentos, ao passo que a mais baixa está no grupo com ensino superior (5,6%). Ainda de acordo com os dados da PNAD Contínua, nos segmentos menos escolarizados o recuo da taxa de desocupação tem ocorrido mesmo em um contexto de queda da população ocupada, beneficiado pela retração ainda mais intensa da força de trabalho. Em contrapartida, a desocupação dos trabalhadores com ensino superior reflete uma alta mais intensa da ocupação comparativamente à da força de trabalho.¹²

A tabela 2 sintetiza esses dados desagregados de desocupação no mercado de trabalho brasileiro para os trimestres mais recentes.

TABELA 2
Taxa de desocupação desagregada (1º trim. 2020-1º trim. 2023)
(Em %)

Recortes de análise	2020				2021				2022				2023
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.
Centro-Oeste	10,7	12,7	12,9	12,1	12,8	11,6	9,8	8,4	8,5	7,0	6,5	6,2	7,0
Nordeste	15,8	16,5	18,3	17,6	18,9	18,4	16,4	14,7	14,9	12,7	12,0	10,9	12,2
Norte	12,1	12,0	13,3	12,6	15,0	14,1	12,0	11,2	11,7	8,9	8,2	8,1	9,1
Sudeste	12,5	14,2	15,7	15,1	15,3	14,6	13,1	11,2	11,1	9,3	8,7	7,9	8,6
Sul	7,7	9,1	9,6	8,4	8,7	8,2	7,5	6,7	6,5	5,6	5,2	4,5	5,0
Masculino	10,4	12,2	12,9	11,9	12,2	11,6	10,1	9,0	9,1	7,5	6,9	6,5	7,2
Feminino	14,9	15,5	17,5	17,2	18,5	17,7	15,9	13,9	13,7	11,6	11,0	9,8	10,8
Branco	9,9	10,6	12,0	11,6	12,1	11,7	10,3	9,0	8,9	7,3	6,8	6,2	6,8
Não branco (PPI) ¹	14,3	16,1	17,3	16,3	17,3	16,3	14,5	12,9	12,9	10,9	10,2	9,4	10,4
18 a 24 anos	26,3	28,8	30,6	29,0	30,0	28,5	25,7	22,8	22,8	19,3	18,0	16,4	18,0
25 a 39 anos	11,0	12,7	13,9	13,4	14,1	13,2	11,5	10,1	10,2	8,3	7,8	7,1	8,2
40 a 59 anos	7,5	8,7	9,9	8,9	9,6	9,5	8,2	7,2	7,1	6,0	5,6	5,3	5,6
Mais de 59 anos	4,4	4,8	5,3	5,2	5,9	5,6	5,4	4,4	4,3	4,0	3,7	3,4	3,9

(Continua)

10. Além da desocupação, há também o problema do número de jovens que não trabalham e nem estudam, considerado na literatura como condição "nem-nem". Sobre isso, ver Ciríaco *et al.* (2022).

11. Para uma análise da trajetória recente da força de trabalho e da população ocupação por faixa etária, ver Lameiras *et al.* (2023).

12. Para uma análise da trajetória recente da força de trabalho e da população ocupação por nível de escolaridade, ver Lameiras *et al.* (2023).

(Continuação)

Recortes de análise	2020				2021				2022				2023
	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.
Fundamental incompleto	11,5	13,5	14,7	13,7	14,0	13,8	12,1	10,9	10,8	8,9	8,7	8,3	8,5
Fundamental completo	14,0	16,4	17,3	16,7	15,8	15,7	14,0	13,3	12,2	10,4	10,1	9,3	10,1
Médio incompleto	20,3	22,3	24,1	23,5	24,2	22,7	20,1	18,4	18,3	15,3	15,3	13,9	15,2
Médio completo	14,1	15,4	17,1	16,1	17,1	16,2	14,4	12,6	12,7	10,6	9,7	8,5	9,9
Superior	8,2	8,6	9,3	9,2	10,3	9,4	8,2	6,7	7,1	5,9	5,3	4,9	5,6
Brasil	12,4	13,6	14,9	14,2	14,9	14,2	12,6	11,1	11,1	9,3	8,7	7,9	8,8

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Nota: 1 Preto, pardo e indígena.

4 EMPREGO SETORIAL

Esta seção traz informações a respeito da taxa de crescimento interanual do emprego por setor de atividade econômica, a partir dos dados extraídos tanto da PNAD Contínua quanto do Novo Caged. Como será possível observar, a melhora da ocupação no Brasil vem ocorrendo em praticamente todos os setores de atividade, ainda que em intensidades distintas.

Para início de análise, a tabela 3 apresenta os números referentes à composição setorial da população ocupada nacional, segundo critérios de agregação da PNAD Contínua, para os primeiros trimestres dos últimos três anos, o que permite verificar sua evolução recente.

TABELA 3
Composição da população ocupada por setor de atividade

Setor de atividade	População ocupada total por setor (1 mil pessoas)			Participação relativa de cada setor sobre o total (%)		
	1ª trim. 2021	1ª trim. 2022	1ª trim. 2023	1ª trim. 2021	1ª trim. 2022	1ª trim. 2023
Agropecuária	8.532,0	8.743,0	8.286,7	9,8	9,2	8,5
Indústria extrativa	416,6	457,3	495,7	0,5	0,5	0,5
Indústria de transformação	10.271,5	11.115,7	11.353,6	11,8	11,7	11,6
Siup ¹	703,3	749,1	734,4	0,8	0,8	0,8
Construção civil	6.398,1	7.213,4	7.152,5	7,4	7,6	7,3
Comércio	16.339,4	18.339,4	18.891,6	18,8	19,3	19,3
Informática, finanças, serviços a empresas	10.905,2	11.344,9	12.022,6	12,5	11,9	12,2
Transporte	4.507,5	4.976,8	5.372,3	5,2	5,2	5,5
Serviços pessoais	4.147,5	4.957,8	5.168,6	4,8	5,2	5,3
Administração pública	4.846,1	4.970,8	5.044,0	5,6	5,2	5,2
Saúde e educação	11.217,6	11.385,1	12.127,0	12,9	12,1	12,4
Alojamento e alimentação	4.002,5	5.302,7	5.396,1	4,6	5,5	5,5
Serviços domésticos	4.748,9	5.669,8	5.739,8	5,5	6,0	6,0
Total	87.036,2	95.225,6	97.785,2	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Nota: 1 Serviços industriais de utilidade pública.

Como se pode notar pelos números, o setor de comércio segue com a maior participação percentual, com 19,3% do total, mantendo-se estável em relação ao ano anterior. Ou seja, algo próximo a um em cada cinco trabalhadores brasileiros ocupados estão cumprindo atividades de comércio. Em valores absolutos, o setor que mais adicionou trabalhadores à ocupação, no intervalo de doze meses, foi o de saúde e educação, com expansão de aproximadamente 740 mil indivíduos entre o primeiro trimestre de 2022 e 2023. Em seguida veio o de informática, que registrou crescimento de 677 mil pessoas ocupadas no período.

Assim como o próprio setor de comércio, os setores de alojamento e alimentação, serviços pessoais e serviços domésticos também se destacaram no período considerado na tabela 3, como consequência da recuperação do mercado de trabalho pós-pandemia de covid-19, uma vez que esses foram justamente os setores que estão entre os mais afetados (Silva, Corseuil e Costa, 2022).¹³

Entre os que perderam participação, o setor da indústria de transformação, de grande relevância para a dinâmica econômica como um todo, fechou o primeiro trimestre de 2023 com leve queda, 11,6%, ainda que em termos absolutos seu número de ocupados tenha crescido. Isso indica, portanto, que o crescimento dos postos de trabalho no setor industrial tem ocorrido em ritmo menor do que o crescimento da população ocupada no país. Já o setor da agropecuária vem sendo marcado por seguidas quedas: após chegar a ter 9,8% do total em 2021, encerrou o primeiro trimestre de 2023 com 8,5%, e com variação interanual negativa de 456 mil postos de trabalho. Construção civil (-60 mil) e Siup (-15 mil) foram os outros setores com saldo negativo de ocupações na comparação interanual.

A tabela 4 apresenta mais detalhamento sobre as taxas de variação da população ocupada agregada em cada um desses setores. Verifica-se que a evolução positiva da população ocupada entre o primeiro trimestre de 2022 e o de 2023 é resultante da melhora no nível de emprego na maioria dos segmentos, com exceção de agricultura, construção civil e Siup, que tiveram variação negativa no período. Os destaques ficaram por conta dos setores de transporte (7,9%) e informática, finanças e serviços empresariais (6,0%), com as taxas de variação mais elevadas na comparação interanual.

No entanto, quando comparadas às taxas interanuais registradas no trimestre anterior, os resultados indicam desaceleração em onze dos treze setores contemplados. Entre os setores que registraram desaceleração mais expressiva do crescimento interanual do emprego estão serviços pessoais (de 9,8% para 4,3%), serviços domésticos (de 2,1% para 1,2%), administração pública (de 8,8% para 3,7%), serviços de alojamento e alimentação (de 3,7% para 1,5%), comércio (de 4% para 3%) e indústria extrativa (de 16,3% para 8,4%). Em contrapartida, os dois setores que apresentaram taxas de crescimento anual do emprego melhores que aquelas obtidas no trimestre anterior são: informática, finanças e serviços empresariais, que cresceu de 4,4% para 6,0%; e construção civil, que reduziu o ritmo de queda de -1,3% para -0,8%.

TABELA 4
População ocupada por setores (1º trim. 2021-1º trim. 2023)
(Em %)

Setor de atividade	2021				2022				2023
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.
Agricultura	3,6	11,2	9,7	4,5	2,5	-0,7	-3,6	-4,4	-5,2
Indústria extrativa	-11,6	-4,8	5,0	12,1	9,8	18,0	13,0	16,3	8,4
Indústria de transformação	-5,2	5,3	12,8	9,1	8,2	9,6	3,6	3,1	2,1
Siup	-19,2	-18,6	-13,0	8,1	6,5	15,6	4,8	-1,1	-2,0
Construção civil	-2,5	22,2	20,1	17,4	12,7	11,2	2,7	-1,3	-0,8

(Continua)

13. Para uma análise anterior sobre a dinâmica setorial do mercado de trabalho brasileiro, ver Corseuil *et al.* (2022).

(Continuação)

Setor de atividade	2021				2022				2023
	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.
Comércio	-8,2	6,1	13,4	11,6	12,2	14,2	7,8	4,0	3,0
Informática, finanças, serviços a empresas	0,9	9,1	10,4	7,2	4,0	5,1	6,9	4,4	6,0
Transporte	-9,0	4,6	12,6	10,0	10,4	10,0	9,2	10,0	7,9
Serviços pessoais	-17,4	3,5	8,8	14,7	19,5	18,7	24,0	9,8	4,3
Administração pública	-3,0	-3,0	-3,7	-2,4	2,6	1,8	8,8	3,7	1,5
Saúde e educação	-0,6	-0,2	4,3	3,1	1,5	7,2	8,5	8,9	6,5
Alojamento e alimentação	-26,3	8,8	26,5	23,9	32,5	23,1	8,5	3,5	1,8
Serviços domésticos	-18,6	9,0	21,3	21,7	19,4	18,7	9,6	2,1	1,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Ao verificar a variação interanual da ocupação setorial de acordo com a posição na ocupação, descrita a seguir na tabela 5, os resultados para os setores com redução no ritmo de expansão do emprego são menos frustrantes, na medida em que revelam relativa melhoria na qualidade do emprego. Os dados apontam que o emprego com registro formal foi a modalidade com maior crescimento anual em relação ao mesmo trimestre de 2022 (crescimento de 4,5% de acordo com a PNAD Contínua e de 4,3% pelo Novo Caged). De fato, todos os setores (com exceção da administração pública) apresentaram crescimento nesse segmento, seja de acordo com os dados do Novo Caged (primeira coluna) ou da PNAD Contínua (segunda coluna).

TABELA 5

População ocupada por setor de atividade e posição na ocupação (1º trim. 2023) (Em %)

Setores de atividade	Novo Caged	PNAD Contínua		
		Com registro ³	Sem registro	Conta própria ⁴
Agricultura	4,0	4,2	-10,0	-5,4
Indústria extrativa	3,1	8,6	7,4	1,9
Indústria transformação	2,8	4,7	0,9	-5,1
Siup	3,3	3,0	-9,5	-42,4
Construção civil	11,8	10,0	1,4	-6,0
Comércio	4,2	6,5	1,5	-0,5
Informática, finanças, serviços a empresas	6,7	3,8	9,3	10,3
Transporte	5,7	4,8	17,1	7,9
Serviços pessoais	9,7	3,9	4,2	4,6
Administração pública	1,7	-1,7	12,6	-
Saúde e educação	2,2	2,8	22,4	0,3
Alojamento e alimentação	11,1	10,9	-1,3	-3,3
Serviços domésticos	-	6,2	-0,4	-
Total	4,3	4,5	2,7	-0,4

Fontes: PNAD Contínua/IBGE (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>) e Novo Caged/MTE (disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>).
Elaboração dos autores.

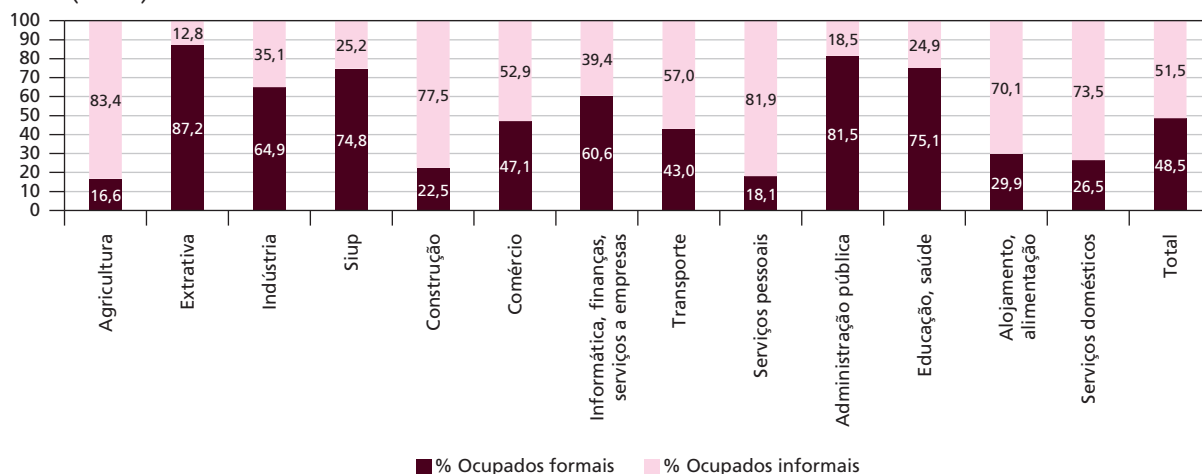
Por fim, a tabela 6 e o gráfico 8 trazem informações sobre o percentual de formalização da população ocupada no Brasil por setor de atividade econômica, para os três últimos períodos de comparação interanual. Vale lembrar que o grau de formalização da ocupação é um indicador de grande relevância em função de sua conexão com a estrutura estatal de proteção social, especialmente os programas do sistema público de emprego e do sistema previdenciário, que são essenciais para a composição do modelo nacional de Estado de bem-estar social (Silva, Corseuil e Russo, 2022; Silva, 2020a). Pode-se perceber que, no total, a taxa de formalização no mercado de trabalho do Brasil encontra-se abaixo de 50%. Ou seja, mais da metade da população ocupada segue na informalidade, desconectadas da rede pública de proteção previdenciária, ainda que tenha havido uma pequena recuperação na comparação com o primeiro trimestre de 2022. Entre os setores, os maiores índices de formalização são aqueles ligados à atividade industrial – indústria extrativa (85,7%), Siup (83,0%) e indústria de transformação (66,8%) –, bem como os de administração pública (75,4%) e saúde e educação (70,0%), ambos com mais de dois terços de sua força de trabalho ocupada em condição formalizada. No outro extremo, os setores de serviços pessoais (17,7%), agricultura (19,8%), construção civil (25,1%), serviços domésticos (25,9%) e alojamento e alimentação (31,8%) apresentam os menores percentuais, com menos de um terço de sua força de trabalho formalizada.

TABELA 6
População ocupada formalizada, por setor de atividade
(Em %)¹

Setores de atividade	1º trim. 2021	1º trim. 2022	1º trim. 2023
Agricultura	16,6	18,0	19,8
Indústria extrativa	87,2	85,6	85,7
Indústria transformação	64,9	65,1	66,8
Siup	74,8	79,0	83,0
Construção civil	22,5	22,6	25,1
Comércio	47,1	47,2	48,8
Informática, finanças, serviços a empresas	60,6	61,5	60,2
Transporte	43,0	43,0	41,8
Serviços pessoais	18,1	17,8	17,7
Administração pública	81,5	77,8	75,4
Saúde e educação	75,1	72,5	70,0
Alojamento e alimentação	29,9	29,2	31,8
Serviços domésticos	26,5	24,7	25,9
Total	48,5	47,4	48,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Participação relativa no total.

GRÁFICO 8**Decomposição da ocupação por setor de atividade e condição de formalização (1º trim. 2023)**
(Em %)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Vale mencionar que o grau de formalização da ocupação é um indicador de grande relevância em função de sua conexão com a estrutura estatal de proteção social, especialmente os programas do sistema público de emprego e do sistema previdenciário, que são essenciais para a composição do modelo nacional de Estado de bem-estar social (Silva, 2020a).¹⁴

Nesse sentido, a elevação do emprego formal nas atividades de comércio, serviços domésticos e construção civil, conforme observado anteriormente na tabela 5, caso se mantenha nos próximos trimestres, pode contribuir para a diminuição das taxas gerais de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, uma vez que tais setores concentram um contingente bastante significativo da população ocupada no país (tabela 3).¹⁵

Contudo, a estrutura laboral brasileira é bastante complexa e não se atém apenas a uma dicotomia entre formal e informal. Uma série de atividades, com diferentes tipos de institucionalização, também precisam ser consideradas em um projeto de desenvolvimento sustentável e com vistas à garantia de oportunidades de trabalho decente para toda a população. Nesse rol de alternativas, surgem, por exemplo, as diversas experiências de economia solidária, baseadas na organização associativa e autogestionária do trabalho, com vistas à geração descentralizada de trabalho e renda e à consolidação de projetos de desenvolvimento local. Porém, a falta de estatísticas mais precisas para a captação dessa dinâmica laboral no território nacional dificulta uma análise mais agregada de sua composição e evolução no território, o que exige projetos específicos de pesquisa para contemplar essa lacuna.¹⁶

5 RENDIMENTOS DO TRABALHO E MASSA DE RENDIMENTOS

A trajetória da renda média do trabalho no Brasil tem apresentado fortes variações no período recente, fundamentalmente em função dos impactos na dinâmica laboral causados pela pandemia de covid-19 a partir de 2020. Nos primeiros meses da pandemia, o que se observou foi o crescimento expressivo da

14. Para mais informações sobre políticas de proteção social associadas ao mercado de trabalho no Brasil, ver capítulos de trabalho e renda e de previdência social em Silva, Corseuil e Russo (2022) e Ansiliero e Vaz (2022).

15. Para outras discussões sobre a informalidade do trabalho no Brasil, ver Nogueira (2018) e Nogueira e Carvalho (2021).

16. Para acesso a uma coletânea de análises sobre a dinâmica da economia solidária no Brasil, ver Silva (2020b).

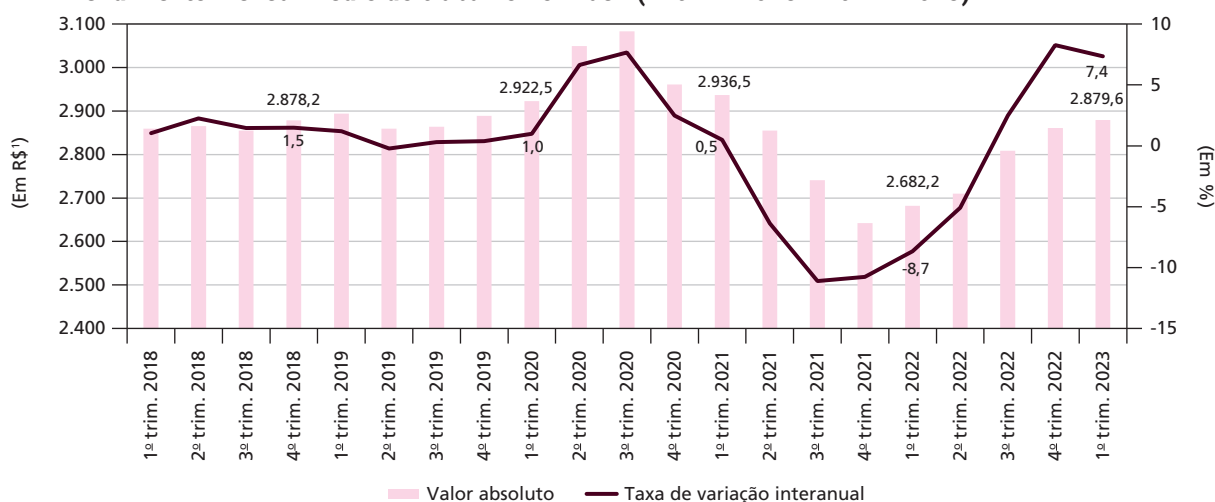
renda média por um efeito composição do mercado de trabalho, originado por duas fontes distintas. Por um lado, grande quantidade de empregos de menor remuneração, em especial os informais, desapareceram do mercado de trabalho brasileiro, enquanto aqueles de maior remuneração apresentaram maior capacidade de manutenção, fazendo com que a média dos rendimentos aumentasse.¹⁷ Por outro, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava suas entrevistas por telefone, o que causou aumento da não resposta na pesquisa. Na medida em que esses impactos não estivessem aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados, causando um viés de seleção dos entrevistados.¹⁸

Esse movimento foi sendo revertido à medida que o nível de ocupação se restabelecia aos níveis pré-pandemia no trimestre final de 2020.¹⁹ Contudo, a renda habitual média manteve-se em queda no início de 2021, sobretudo em razão da demora no restabelecimento do programa de transferência emergencial de renda.²⁰ Com isso, o índice saiu de um pico no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 (R\$ 3.029) até atingir R\$ 2.594 no último trimestre de 2021. Daí em diante, houve nova e contínua recuperação, finalizando a série de análise em um patamar próximo, em valores reais, daquele observado no trimestre anterior à pandemia. Em termos comparativos, a renda média do primeiro trimestre de 2023 situou-se 0,3% abaixo do observado no quarto trimestre de 2019.

Dado esse preâmbulo conjuntural, o gráfico 9 apresenta as médias trimestrais do rendimento mensal do trabalho no Brasil (em valores deflacionados para fevereiro de 2020), que permitem compreender melhor sua trajetória recente de recuperação. Os dados do primeiro trimestre de 2023 revelam que a trajetória de recuperação observada ao longo do ano de 2022 se mantém. O crescimento interanual da renda média mensal foi de 7,4%, com leve desaceleração em relação ao trimestre anterior, que havia alcançado incremento de 8,3%. Em termos monetários, a renda média atingiu R\$ 2.880 no trimestre inicial de 2023.²¹

GRÁFICO 9

Rendimento mensal médio do trabalho no Brasil (1º trim. 2018-1º trim. 2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Valores deflacionados para fevereiro de 2023.

17. Nos setores de construção, comércio, e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada, e principalmente trabalhadores por conta própria (Silva, Corseuil e Costa, 2022).

18. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em Corseuil e Russo (2021).

19. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas que também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho, estão disponíveis em Carvalho *et al.* (2020).

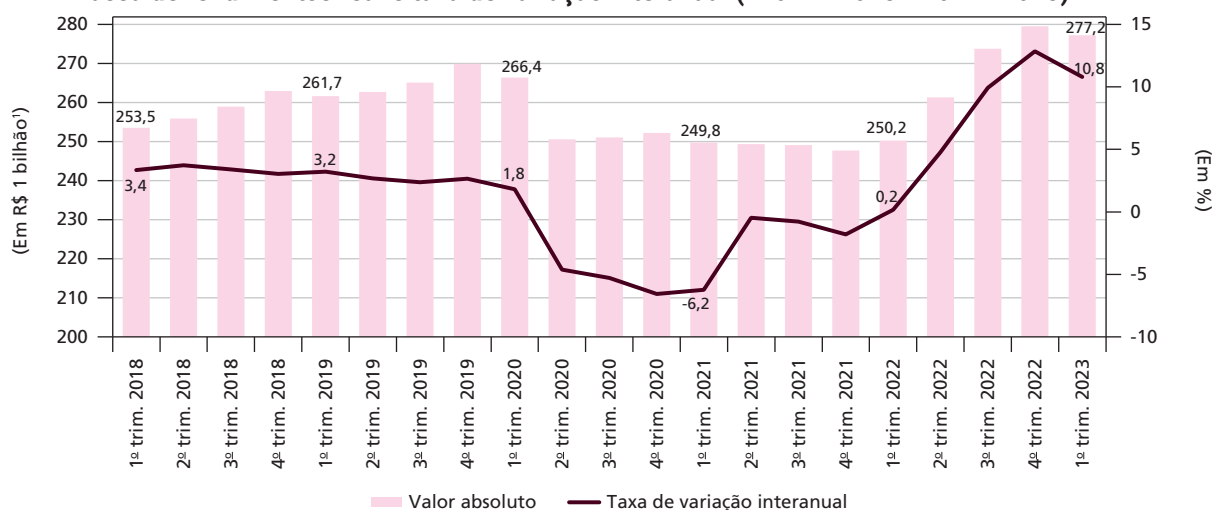
20. Sobre os programas de transferência de renda na pandemia, ver Costa *et al.* (2022) e Silva, Corseuil e Costa (2022).

21. Para estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual e efetiva reais, ver Carvalho (2023).

No agregado da renda habitual dos trabalhadores brasileiros, os dados plotados no gráfico 10 indicam que a média mensal da massa de rendimentos (incluindo retornos salariais e ganhos declarados de empregadores) fechou em R\$ 277,2 bilhões no primeiro trimestre de 2023. Na comparação interanual, o crescimento real foi significativo, 10,8%, ou, em termos absolutos, em torno de R\$ 27 bilhões a mais. Isso reforça a tendência de manutenção de uma trajetória de recuperação da renda média nacional, mostrada no gráfico anterior, ainda que tenha havido uma desaceleração em relação ao trimestre anterior, que fechou em 12,8%. Essa diminuição no ritmo de crescimento interanual pode ser atribuída tanto à estabilidade da renda quanto à cessação do aumento da população ocupada, conforme visto anteriormente.²²

GRÁFICO 10

Massa de rendimentos real e taxa de variação interanual (1º trim. 2018-1º trim. 2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Valores deflacionados para fevereiro de 2023.

Para a conferência da dinâmica da renda por vínculo de ocupação, a tabela 7 mostra que o grupo dos empregadores segue com o rendimento médio mensal bem superior aos demais, com R\$ 7.447, mais que o dobro da média nacional no primeiro trimestre de 2023, após registrar crescimento interanual de 11,4%. Vale lembrar também, conforme mostrado anteriormente (tabela 1), que esse grupo é o menos numeroso, representando abaixo de 5% do total dos ocupados no país. Entre os demais grupos, os assalariados formais (dos setores público e privado), que congrega quase 50% dos ocupados, também recebem acima da média nacional, com R\$ 3.176, embora tenham mostrado desaceleração na taxa de crescimento, como bem demonstrou Carvalho (2023). O menor rendimento médio mensal ficou por conta dos assalariados informais, com R\$ 1.762, mesmo sendo o grupo que obteve a maior taxa de crescimento interanual, 16,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os trabalhadores por conta própria também tiveram crescimento interanual significativo da renda, 8,9%, fechando com a média mensal de renda no valor de R\$ 2.385 no primeiro trimestre de 2023.

22. Para uma análise da variação trimestral por faixa de rendimento, ver Carvalho (2023).

TABELA 7
Rendimento real médio do trabalho e variação anual por posição na ocupação

	Assalariados com carteira	Assalariados sem carteira	Conta própria	Empregador	Média total
Valores absolutos (em R\$) ¹					
1ª trim. 2018	3.253,3	1.437,7	2.168,8	7.389,4	2.859,7
1ª trim. 2019	3.294,7	1.513,2	2.182,1	7.454,0	2.893,7
1ª trim. 2020	3.305,5	1.597,0	2.212,2	7.597,0	2.922,5
1ª trim. 2021	3.321,4	1.607,9	2.291,6	7.351,2	2.936,5
1ª trim. 2022	3.037,9	1.511,3	2.145,2	6.685,0	2.682,2
1ª trim. 2023	3.176,1	1.762,4	2.335,0	7.447,2	2.879,6
Taxa de variação interanual (em %)					
1ª trim. 2018	2,0	-0,9	0,7	2,8	1,1
1ª trim. 2019	1,3	5,2	0,6	0,9	1,2
1ª trim. 2020	0,3	5,5	1,4	1,9	1,0
1ª trim. 2021	0,5	0,7	3,6	-3,2	0,5
1ª trim. 2022	-8,5	-6,0	-6,4	-9,1	-5,1
1ª trim. 2023	4,6	16,6	8,9	11,4	7,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Valores deflacionados para fevereiro de 2023.

As tabelas 8 e 9 complementam a análise salarial desagregada por diferentes recortes regionais e populacionais. Todos os segmentos definidos mantiveram a trajetória de crescimento, ainda que a taxa decrescente, na maioria deles, quanto ao quarto trimestre de 2022.

Em termos regionais, o Centro-Oeste registrou o maior rendimento médio no primeiro trimestre de 2023, com R\$ 3.347, seguido pelo Sudeste, R\$ 3.251. A região Nordeste ficou marcada com a menor média, única abaixo dos R\$ 2 mil. Em contrapartida, o Nordeste apresentou crescimento interanual de 9,1%, superado apenas pelo Centro-Oeste, com 10,6%. A região Sul apresentou a menor taxa de crescimento interanual, com 5,5%.

Entre as regiões metropolitanas, a renda média ficou em R\$ 3.507, contra R\$ 2.396 das não metropolitanas. Essa diferença foi maior no primeiro trimestre de 2023 em relação ao mesmo período anterior, dado que a taxa de variação foi maior nas áreas metropolitanas, 9,4%, enquanto as não metropolitanas marcaram 4,9%, bem abaixo dos 7,2% alcançado no trimestre anterior.

No recorte por gênero, nota-se que entre os homens a média dos rendimentos ficou em R\$ 3.158, enquanto que, entre as mulheres, o valor foi cerca de 30% menor, finalizando o período na marca de R\$ 2.516. No entanto, a taxa de crescimento da renda das mulheres foi um pouco superior que à dos homens, 7,7% contra 7,3%, ao contrário do que vinha ocorrendo, indicando que a desigualdade de gênero nos rendimentos foi levemente inferior à observada no mesmo período do ano anterior. Esses dados são próximos daqueles registrados por posição no domicílio, em que os indivíduos considerados chefes de domicílio são, em sua maioria, homens.

A desigualdade de rendimentos também é verificada no recorte racial. A renda média mensal de trabalhadores brancos ficou em R\$ 3.588, enquanto entre os não brancos (pretos, pardos e indígenas) o valor foi de R\$ 2.158. Ou seja, a renda média desse último grupo refere-se a menos de dois terços do rendimento médio dos brancos. No tocante à variação interanual nesse último trimestre, as taxas foram similares, com leve vantagem para o grupo de trabalhadores brancos (7,1% e 6,9%, respectivamente).

Na abertura por idade, verifica-se um escalonamento das médias, que vai de R\$ 1.620 no grupo de dezoito a 24 anos, até R\$ 3.329 para o de sessenta anos ou mais. Quanto ao crescimento interanual, o maior valor ficou por conta do grupo dos jovens adultos (de 25 a 39 anos), que registrou 9,0%. Para os trabalhadores de quarenta a 59 anos, que vinham mostrando as menores taxas até então, houve aumento de cerca de 6,5% no início de 2023.

Escalonamento semelhante também se nota no recorte por escolaridade, em que a menor média de renda foi observada para os trabalhadores com ensino fundamental incompleto, R\$ 1.589, enquanto a média para aqueles com ensino superior ficou em R\$ 5.156. Esses foram também os dois grupos com maiores taxas de crescimento em termos de escolaridade, com 6,9% e 7,4%, respectivamente. A menor taxa observada ocorreu entre os trabalhadores com ensino fundamental completo, com 3% (forte desaceleração em relação ao trimestre anterior, cujo crescimento foi de 6,1%).

TABELA 8
Rendimento real médio desagregado

Recortes de análise	Rendimento médio mensal (R\$) ¹			Taxa de variação interanual (%)		
	1º trim. 2021	1º trim. 2022	1º trim. 2023	1º trim. 2021	1º trim. 2022	1º trim. 2023
Centro-Oeste	3.179	3.026	3.347	1,2	-4,8	10,6
Nordeste	1.961	1.814	1.979	-3,3	-7,5	9,1
Norte	2.174	2.084	2.224	2,7	-4,1	6,7
Sudeste	3.375	3.039	3.251	-0,1	-10	7
Sul	3.282	2.972	3.136	4,3	-9,5	5,5
Região metropolitana	3.583	3.205	3.507	0,2	-10,5	9,4
Não região metropolitana	2.442	2.283	2.396	1,1	-6,5	4,9
Masculino	3.197	2.933	3.148	-1	-8,3	7,3
Feminino	2.559	2.336	2.516	2,2	-8,7	7,7
Branco	3.705	3.350	3.588	-0,8	-9,6	7,1
Não branco (PPI)	2.146	2.046	2.188	1,1	-4,6	6,9
14 a 24 anos	1.523	1.529	1.620	-1,1	0,4	5,9
25 a 39 anos	2.777	2.658	2.897	-3,5	-4,3	9
40 a 59 anos	3.424	3.047	3.245	1,3	-11	6,5
Mais de 59 anos	3.797	3.226	3.329	8,3	-15,1	3,2
Chefe de família	3.392	3.031	3.249	1,2	-10,6	7,2
Não chefe de família	2.518	2.377	2.557	-0,9	-5,6	7,6
Fundamental incompleto	1.489	1.487	1.589	-2,1	-0,1	6,9
Fundamental completo	1.877	1.792	1.846	2,1	-4,5	3
Médio incompleto	1.681	1.624	1.709	-0,9	-3,4	5,2
Médio completo	2.097	2.053	2.163	-4,7	-2,1	5,3
Superior	5.299	4.803	5.156	-3,5	-9,4	7,4
Brasil	2.936,50	2.682,20	2.879,60	0,5	-5,1	7,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Valores deflacionados para fevereiro de 2023.

Quanto à desagregação setorial dos rendimentos, é importante mencionar que, durante o período da pandemia (2020 e início de 2021), as atividades mais dependentes da circulação de pessoas (transporte, serviços pessoais e coletivos, alojamento e alimentação, comércio, construção civil) foram aquelas com maior queda da renda, e justamente esse impacto maior explica a recuperação desses setores após a segunda metade do ano de 2021. Esse padrão permanece ao longo de 2022, ou seja, setores com maior grau de formalização e com trabalhadores mais qualificados apresentaram maior queda da renda e menor recuperação (Carvalho, 2023).

Nessa perspectiva, a tabela 9 apresenta tanto os valores médios reais quanto o crescimento interanual do rendimento médio mensal por setores de atividade. No primeiro trimestre de 2023, as maiores taxas de crescimento foram nos setores de alojamento e alimentação (10,2%) e de serviços pessoais e coletivos (9,4%), justamente aqueles com os menores rendimentos médios mensais (ambos abaixo de R\$ 2 mil). Os trabalhadores da administração pública e de educação e saúde, que detêm as maiores médias de renda, também obtiveram elevação significativa (6,4% e 7,6%, respectivamente). Por sua vez, os setores da construção civil e da agricultura, que haviam mostrado forte crescimento interanual da renda no trimestre anterior (superando 15%), tiveram aumento mais modesto no início de 2023 (4,2% e 6,7%), e os trabalhadores da indústria foram os que mostraram o menor crescimento médio mensal da renda habitual (4,0%).

TABELA 9
Rendimento médio real por setor de atividade

Setores de atividade	1º trim. 2020	1º trim. 2021	1º trim. 2022	1º trim. 2023
Rendimento médio mensal (em R\$) ¹				
Agricultura	1.437,9	1.496,3	1.689,2	1.886,0
Indústria ²	2.457,0	2.461,9	2.536,7	2.776,4
Construção	1.845,0	1.784,8	2.075,7	2.276,6
Comércio	1.952,7	1.976,6	2.137,4	2.414,2
Serviços profissionais ³	3.439,9	3.507,7	3.728,1	4.234,5
Transporte	2.277,9	2.221,4	2.423,5	2.703,3
Serviços pessoais e coletivos ⁴	1.348,3	1.352,0	1.472,9	1.695,7
Administração pública	4.452,2	4.846,0	4.519,9	5.059,7
Educação e saúde	3.373,3	3.825,0	3.481,1	3.943,7
Alojamento e alimentação	1.534,7	1.634,3	1.721,7	1.996,7
Taxa de variação interanual (em %)				
Agricultura	2,6	-1,3	1,7	6,5
Indústria	2,3	-4,8	-7,0	4,0
Construção	3,0	-8,1	5,0	4,3
Comércio	1,4	-3,9	-2,4	7,4
Serviços profissionais	0,6	-3,0	-4,0	7,7
Transporte	-0,9	-7,3	-1,5	6,0
Serviços pessoais e coletivos	0,7	-4,7	-1,6	9,4
Administração pública	-1,8	3,3	-15,7	6,4
Educação e saúde	-1,5	7,6	-17,8	7,6
Alojamento e alimentação	2,5	1,2	-5,0	10,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Valores deflacionados para fevereiro de 2023.

² Inclui indústria de transformação, indústria extrativa e Siup.

³ Serviços profissionais: comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

⁴ Serviços pessoais e coletivos: serviços pessoais, artes, cultura, esporte, recreação e serviços domésticos.

6 RENDIMENTOS POR FAIXA DE RENDA E DESIGUALDADE SALARIAL

O rendimento dos trabalhadores é um indicador muito utilizado para inferir sobre seu nível de bem-estar. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, são utilizados índices de preço ao consumidor para deflacionar esses dados, a fim de melhor poder compará-los ao longo de um determinado período.

Contudo, a análise das médias nacionais, embora seja útil para identificar trajetórias agregadas da estrutura laboral e seus efeitos na macroeconomia, contém algumas limitações quando se tem em conta uma sociedade bastante desigual como a brasileira. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço relevantes para segmentos distintos da população pode apresentar diferenças significativas quando se leva em consideração padrões de consumo por faixa de renda.

Com base nesse entendimento, buscou-se verificar o comportamento recente da renda média do trabalho entre diferentes faixas de renda da população. Para isso, foram definidas seis faixas, escaladas de forma ascendente da faixa 1 – trabalhadores de menor renda – até a faixa 6 – trabalhadores de maior renda. A tabela 10 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, de acordo com a renda domiciliar mensal, a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009. Esses valores são atualizados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a preços de fevereiro de 2023, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

TABELA 10

Faixas de renda média mensal domiciliar (rendimentos do trabalho)

Faixas de renda	Renda domiciliar	
	R\$ (jan. 2009)	R\$ (fev. 2023)
1 – Renda muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.650,50
2 – Renda baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
3 – Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
4 – Renda média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
5 – Renda média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
6 – Renda alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.509,66

Fonte: Carvalho (2023).

De forma complementar, a tabela 11 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda a partir do quarto trimestre de 2019 (imediatamente anterior à pandemia). Os dados atentam para o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 22,2% no quarto trimestre de 2019 para 28,6% no segundo de 2020. A proporção de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, refletindo a lenta recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. No segundo trimestre de 2021, iniciou-se uma queda, refletindo a recuperação da população ocupada. Por sua vez, no primeiro trimestre de 2023 a proporção de domicílios sem renda do trabalho subiu novamente em relação ao trimestre anterior, de 22,1% para 23,5%. Também houve aumento da proporção de domicílios na faixa de renda muito baixa (faixa 1), enquanto as demais faixas diminuíram. Tais evidências reforçam a importância de uma política efetiva de transferência de renda aliada à criação de novas oportunidades de trabalho e renda em todo o país.

TABELA 11

Proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (4º trim. 2019-1º trim. 2023)
(Em %)

	Faixas de renda							Total
	Sem renda	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6	
4º trim. 2019	22,2	29,1	11,6	17,1	12,8	4,7	2,7	100,0
1º trim. 2020	22,4	26,3	12,9	15,8	14,2	5,8	2,8	100,0
2º trim. 2020	28,6	28,0	10,5	15,0	11,3	4,5	2,1	100,0
3º trim. 2020	28,0	28,7	10,8	14,9	11,0	4,5	2,1	100,0
4º trim. 2020	25,6	27,6	12,7	14,9	11,9	5,0	2,4	100,0
1º trim. 2021	25,6	27,1	12,1	14,9	12,6	5,4	2,5	100,0
2º trim. 2021	24,5	28,8	12,9	14,7	12,1	5,0	2,1	100,0
3º trim. 2021	23,0	29,9	11,9	16,4	12,0	4,8	2,0	100,0
4º trim. 2021	22,2	28,9	12,7	16,3	12,9	5,0	2,0	100,0
1º trim. 2022	23,4	26,4	12,7	15,7	14,0	5,7	2,3	100,0
2º trim. 2022	22,2	27,4	13,2	16,5	13,4	5,2	2,1	100,0
3º trim. 2022	22,0	26,6	13,1	16,5	13,8	5,6	2,3	100,0
4º trim. 2022	22,1	25,5	12,7	16,5	14,6	6,0	2,5	100,0
1º trim. 2023	23,5	26,7	12,1	15,3	14,0	6,0	2,4	100,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

A tabela 12 mostra o crescimento anual da renda domiciliar habitual por faixa de renda. Também é válido mencionar que, durante os anos de 2020 e 2021, em função dos impactos da pandemia de covid-19 sobre a economia brasileira, a variação desse indicador foi marcada por algumas especificidades conjunturais. Por exemplo, houve o efeito composição do mercado de trabalho nesse período, em que a perda de ocupações foi mais forte entre trabalhadores da base salarial, sobretudo informais de menores ganhos e jornadas mais erráticas, o que fez com que a renda média se elevasse entre as faixas mais baixas. Logo, entre o segundo trimestre de 2020 e o primeiro de 2021, os domicílios de renda mais baixa apresentaram maior crescimento (ou menor queda) na renda domiciliar média, até que o retorno ao padrão anterior foi eliminando esse efeito. Enquanto isso, foram os domicílios de renda mais alta que tiveram a maior redução proporcional na renda domiciliar média do trabalho ao longo de 2021. Para o primeiro trimestre de 2023, todas as faixas de renda domiciliares consideradas neste estudo mostraram crescimento interanual da renda de, no mínimo, 5%, reforçando a evidência de recuperação da renda observada nos últimos trimestres. O crescimento foi maior na faixa de renda mais alta (7,3%, faixa 6) e menor nas faixas de renda média-alta (5%, faixas 4 e 5).

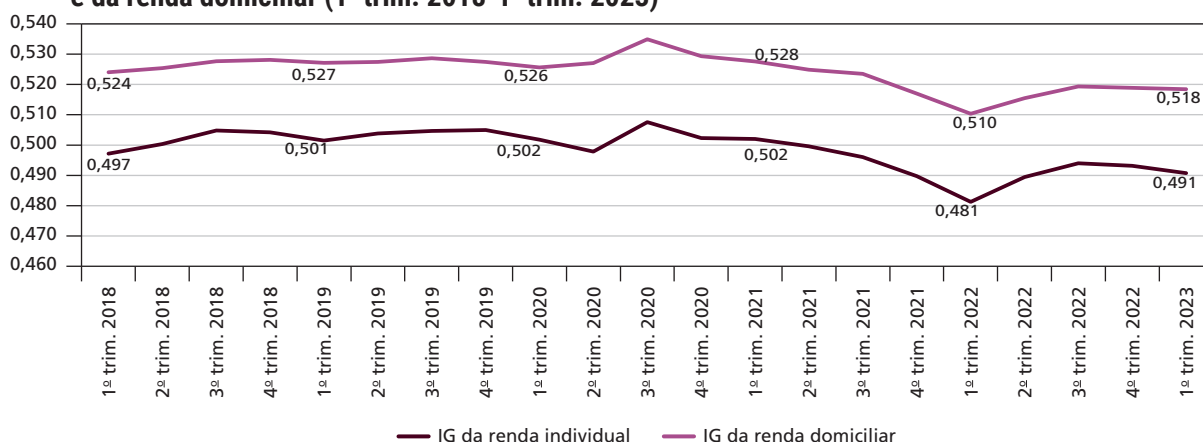
TABELA 12
Rendimento médio mensal real domiciliar por faixa de renda

	Faixas de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
	Valores absolutos (em R\$)					
1ª trim. 2018	1.214,7	2.574,2	3.944,5	6.906,3	13.863,3	35.731,8
1ª trim. 2019	1.218,3	2.584,8	4.028,4	7.246,3	14.232,0	36.294,9
1ª trim. 2020	1.197,7	2.593,4	4.067,2	7.138,4	13.983,0	35.123,1
1ª trim. 2021	1.188,9	2.502,4	3.906,1	6.938,4	13.720,9	34.129,9
1ª trim. 2022	1.164,6	2.474,9	3.835,5	6.772,0	13.475,1	32.821,9
1ª trim. 2023	1.234,1	2.631,1	4.040,7	7.114,2	14.148,8	35.223,9
	Taxa de variação interanual (em %)					
1ª trim. 2018	4,7	3,0	-0,2	-0,5	1,8	8,2
1ª trim. 2019	0,3	0,4	2,1	4,9	2,6	1,6
1ª trim. 2020	-1,7	0,3	1,0	-1,5	-1,8	-3,3
1ª trim. 2021	-0,7	-3,5	-3,9	-2,8	-1,9	-2,4
1ª trim. 2022	-2,0	-1,2	-1,8	-2,4	-1,7	-4,0
1ª trim. 2023	6,0	6,3	5,4	5,1	5,0	7,3

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

Na sequência, o gráfico 11 mostra a evolução do índice de Gini (IG) das rendas individuais e domiciliares do trabalho no Brasil. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o IG da renda domiciliar subiu de 0,508, no quarto trimestre de 2014, para 0,535, no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o IG subiu de 0,486, no segundo trimestre de 2016, para 0,508, no terceiro trimestre de 2020. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. O segundo trimestre de 2022 indicou reversão da queda da desigualdade da renda observada. No primeiro trimestre de 2023, observou-se novamente ligeira queda no IG, tanto da renda domiciliar quanto da individual, que fecharam a série em 0,518 e 0,491, respectivamente.²³

GRÁFICO 11
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – IG da renda individual e da renda domiciliar (1ª trim. 2018-1ª trim. 2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

23. Em outra medida, Carvalho (2023) demonstrou que, no primeiro trimestre de 2023, a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta era 28,5 vezes maior do que a da faixa de renda muito baixa, valor próximo ao observado no trimestre anterior (28,6).

Ambos os índices plotados no gráfico 11, referentes à renda domiciliar e à renda individual, podem ser considerados altos em relação ao padrão internacional, o que evidencia o cenário desigual de distribuição de renda do trabalho no Brasil (PNUD, 2019).

Quando são verificados por tipo de vínculo, os dados apresentados por Carvalho (2023) demonstram que a trajetória do IG da renda do trabalho se mantém elevada entre assalariados privados informais, do setor público e trabalhadores por conta própria. O grupo dos assalariados privados informais é, inclusive, aquele com maior crescimento do IG nos últimos trimestres, ao sair de 0,457 no início de 2017 para 0,503 no primeiro trimestre de 2023. Os assalariados formais mantêm-se em uma faixa de menor desigualdade, finalizando a série com 0,375.

Portanto, os dados de rendimento analisados nesta seção indicam, de forma geral, uma desaceleração no ritmo de recuperação observado à medida que os efeitos da pandemia sobre a economia brasileira foram se arrefecendo. Contudo, os diferentes recortes possíveis de verificação demonstram que ainda há grande disparidade interna na distribuição dos rendimentos do trabalho, além de o país possuir um grau de desigualdade de rendimentos historicamente elevado para os padrões internacionais – muito em função da própria heterogeneidade e da alta informalidade no conjunto dos vínculos laborais, com reflexos diretos sobre o desempenho e a produtividade.²⁴

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visou situar os principais indicadores da conjuntura atual e da dinâmica recente do mercado de trabalho no Brasil, tendo como referência a divulgação dos dados do primeiro trimestre de 2023 pelo IBGE, complementados pelos registros administrativos mensais de emprego do MTE.

Em suma, os dados demonstram que o mercado de trabalho brasileiro segue apresentando uma trajetória de recuperação da ocupação e novas desacelerações da taxa de desocupação, quando se considera uma análise dessazonalizada. Essa trajetória vem acompanhada de outras informações importantes: de um lado, ritmo mais intenso das contratações com registros formais; de outro, queda nas taxas de subocupação por insuficiência de horas, inatividade por desalento e desemprego de longo prazo. Tais resultados são relevantes também para a aproximação das metas de trabalho decente contidas na agenda dos ODS, a serem alcançadas até 2030, às quais o Brasil é signatário.²⁵

Os dados de renda média do trabalho também mostraram que o ritmo de recuperação tem se mantido no primeiro trimestre de 2023 na comparação interanual, com crescimento de 7,4%. Todas as regiões e todos os recortes populacionais analisados apresentaram crescimento significativo, embora a maioria deles tenha demonstrado desaceleração em relação ao trimestre anterior.

Esse padrão se reflete na análise por setores de atividades: os setores mais informais e que foram mais atingidos pela pandemia (agricultura, serviços pessoais e coletivos, e alojamento e alimentação) demonstram atualmente taxas de crescimento da renda mais intensas, ao passo que setores com maior grau de formalização (administração pública, educação e saúde e indústria) vêm demonstrando menor elevação da renda média.

A massa de rendimentos real teve crescimento interanual de 10,5%, alcançando a soma de R\$ 277,2 bilhões (acréscimo de R\$ 27 bilhões sobre o primeiro trimestre de 2022). Em contrapartida, após uma

24. Sobre a questão da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho e sua relação com a produtividade no Brasil, ver Nogueira, Infante e Mussi (2014).

25. As metas relativas a trabalho estão reunidas no ODS 8, que trata do objetivo de promoção do trabalho decente e desenvolvimento econômico e reúne um conjunto de metas voltadas a “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos” (Ipea, 2018, p. 197).

sequência de quedas até atingir os níveis pré-pandemia, no primeiro trimestre de 2023 a proporção de domicílios sem renda do trabalho ficou em 23,5% (contra 22,1% no final de 2022).

Os dados analisados também evidenciaram alguns problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro. Em que pese a recuperação recente, o número de pessoas em situação de desemprego involuntário ainda é elevado, 9,4 milhões, sendo que, destes, 3,2 milhões estão em tal condição há mais de um ano. Logo, há uma demanda forte por novas oportunidades de emprego em todo o país a ser atendida. O desafio está em atendê-la de forma consistente e com qualidade, que proporcione níveis dignos de rendimento para o bem-estar das unidades familiares.

Há também uma parcela significativa da população que segue em ocupações precárias, baseadas em relações informais de trabalho, desconectadas do sistema público de proteção previdenciária e dos diversos tipos de garantia previstos na lei trabalhista (férias remuneradas, décimo-terceiro salário, seguro-desemprego, abono salarial, transporte, refeição etc.). Ademais, tanto o vínculo do indivíduo com o posto de trabalho quanto a massa de rendimentos em circulação derivada do trabalho informal são bastante sensíveis a flutuações da atividade econômica e às condições gerais da economia, como ficou evidente, de forma bastante perversa, com os efeitos da pandemia de covid-19 na sociedade brasileira em 2020 e 2021.

Por fim, as desigualdades evidenciadas sob variados recortes sócio-populacionais (região, gênero, raça), em termos de oportunidades de inclusão produtiva e de rendimento médio mensal auferido no trabalho, persistem enquanto principais desafios a serem enfrentados no horizonte estratégico de desenvolvimento para o país.

REFERÊNCIAS

ANSILIERO, G.; VAZ, F. M. Previdência social. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 17-56, 2022.

BARBOSA, R. J. Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019). **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 67, p. 59-70, 2019. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/191101_bmt_67_nt_estagnacao_desigual_desemprego.pdf.

CARVALHO, S. S. de. Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2023. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 59, nota 21, abr.-jun. 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/06/230605_cc_59_ota_21_rendimentos.pdf.

CARVALHO, S. S. de. *et al.* Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da covid-19. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 49, nota 12, out.-dez. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201106_nota_12_transicoes_de_mercado_de_trabalho.pdf.

CIRÍACO, J. S. *et al.* Juventude e exclusão social: uma análise sobre os fatores determinantes da condição de nem-nem no Brasil urbano. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 74, p. 31-48, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/4/BMT74_juventude_exclusao.pdf.

CORSEUIL, C. H.; RUSSO, F. A redução no número de entrevistas na PNAD Contínua durante a pandemia e sua influência para a evolução do emprego formal. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n.

50, nota 22, jan.-mar. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210318_cc_50_nota_22_amostra_da_pnad_continua.pdf.

CORSEUIL, C. H. *et al.* **A dinâmica do emprego setorial no último biênio**. Rio de Janeiro: Ipea, 2022. (Nota Técnica Disoc, n. 99). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10898/2/NT_99_Disoc_A_Dinamica_do_emprego.pdf.

COSTA, J. *et al.* Análise da incidência do auxílio emergencial e do benefício emergencial ao longo da distribuição de renda com base nos dados da PNAD Covid-19. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 74, p. 81-95, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/7/BMT74_analise_incidencia.pdf.

HECKSHER, M. **Valor impreciso por mês exato**: microdados e indicadores mensais baseados na PNAD Contínua. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica Disoc, n. 62). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200409_nota_tecnica_n_62_disoc.pdf.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, v. 27, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10273>.

LAMEIRAS, M. A. P. *et al.* Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 59, nota 28, abr.-jun. 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/06/230628_nota_28.pdf.

NOGUEIRA, M. O. Infinitos tons de cinza: entre o formal e o informal, o Brasil se faz no semiformal. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 64, p. 87-97, 2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/180502_bmt_64_07_politica1.pdf.

NOGUEIRA, M. O.; CARVALHO, S. S. de. **Trabalho precário e informalidade**: desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos. Rio de Janeiro: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, n. 2702). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10948>.

NOGUEIRA, M. O.; INFANTE, R.; MUSSI, C. Produtividade do trabalho e heterogeneidade estrutural no Brasil contemporâneo. *In*: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Org.). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: Ipea; ABDI, 2014. p. 337-371. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3289>.

OLIVEIRA, A. S. de; SILVA, S. P. **Trabalhadores em contrato intermitente no Brasil**: evolução, cenários e perfil dos contratados pós-reforma trabalhista de 2017. Brasília: Ipea, 2023. (Texto para Discussão, n. 2898). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=f77f5d77-20d9-4c54-83a2-356d12f1ed9f>.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Além do rendimento, além das médias, além do presente**: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova Iorque: PNUD, 2019. (Relatório do Desenvolvimento Humano, 2019). Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>.

SILVA, S. P. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social**: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira. Brasília: Ipea, 2020a. (Texto para Discussão, n. 2605). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10293/1/td_2605.pdf.

SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020b. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10363>.

SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (Org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11561>.

SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; RUSSO, F. Trabalho e renda. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, v. 29, p. 263-300, 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=39098&Itemid=9.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAMEIRAS, M. A. P.; HECKSHER, M. Indicadores mensais do mercado de trabalho – junho de 2022. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 56, nota 10, jul.-set. 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220804_nota10_indicadores_mensais_mercado_trabalho_jun22.pdf.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Editoração

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

Capa

Leonardo Hideki Higa

Projeto Gráfico

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.